

# PROPOSTA DE UM MODELO DE ANÁLISE DO COMPROMETIMENTO COM A SUSTENTABILIDADE<sup>1</sup>

---

SABRINA SOARES DA SILVA<sup>2</sup>

## Introdução

A sustentabilidade vem sendo apontada, nos últimos anos, como uma solução para os diferentes problemas ambientais vivenciados, despontando como uma promessa de tornar o relacionamento entre o homem e a natureza mais harmônico e menos invasivo. Contudo, como esse conceito é apresentado de maneira ampla e vaga, são favorecidas sua apropriação e utilização nos mais diferentes discursos. Hoje, praticamente todas as correntes de pensamento concordam com a ideia de que a sustentabilidade deve orientar as decisões envolvendo a natureza e ser um preceito básico para nortear as ações dos indivíduos.

O termo sustentabilidade também é observado em diversos discursos de organizações que buscam justificar seus impactos sobre o ambiente e legitimar a sua atuação frente à sociedade. Organizações de diferentes setores buscam associar sua imagem à sustentabilidade e demonstrar, por meio de relatórios e outras comunicações, como suas ações são sustentáveis, ainda que a maior parte das mudanças seja observada apenas nos discursos dessas empresas.

A grande dificuldade em se adotar uma postura sustentável pode estar associada à dificuldade de se incorporar mudanças profundas em um sistema de pensamentos continuamente e fortemente ligado às instituições da sociedade industrial (MCDONAGH, 1998). Embora os esforços em se buscar uma postura mais sustentável sejam sempre considerados positivos e necessários, o uso indiscriminado desse termo pode terminar por não indicar qualquer mudança significativa na relação entre a humanidade e a natureza, mas apenas representar uma maneira dos indivíduos justificarem suas ações, mesmo as mais degradantes do ponto de vista ambiental.

Dessa forma, torna-se relevante buscar maneiras de evidenciar, nos discursos e ações dos indivíduos, em que medida elas estão efetivamente se comprometendo com

---

1. A autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

2. Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, professora do Departamento de Administração e Economia da UFLA. E-mail: [sabrinasilva@dae.ufla.br](mailto:sabrinasilva@dae.ufla.br)

a sustentabilidade. Também é relevante observar que, segundo Hay, Duffy e Whitfield (2014), embora exista considerável pesquisa sobre a sustentabilidade, ainda estamos longe de uma sociedade mais sustentável, o que torna relevante e urgente identificarmos mudanças nos atuais padrões de discurso e ação no ambiente.

Uma forma de se realizar tal análise é por meio da adoção de um modelo que permita a classificação de tais discursos e ações. O uso de modelos pode facilitar essa classificação e sua posterior discussão. Assim, observa-se que essa pesquisa elaborou um modelo teórico que orientasse estudos avaliativos sobre o comprometimento individual ou coletivo com a sustentabilidade.

Com esse propósito, o presente artigo foi dividido em três partes, além dessa introdução. No próximo tópico, foi discutida a sustentabilidade como um paradigma ambiental que se situa entre dois paradigmas opostos: o antropocentrismo e o ecocentrismo. Nessa parte também foi feita a distinção entre as perspectivas individualista e coletivista desses paradigmas. Em seguida, foi apresentado e discutido o modelo teórico proposto, ilustrado por meio de filmes. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as sugestões de estudos futuros utilizando o modelo proposto, assim como suas limitações.

## Paradigmas ambientais

Apesar dos diversos problemas ambientais atuais, a natureza continua a ser vista, predominantemente, como uma simples fonte de recursos ou um local de depósito de resíduos das atividades humanas. Não existe uma explicação única para esse fenômeno, mas a visão de mundo dos indivíduos, que constitui seu sistema de ideias, crenças e valores, e motiva sua atitude no ambiente, é determinante na elucidação dessa questão. A maneira como os indivíduos agem sobre o mundo parte de pressuposições explícitas ou implícitas sobre sua essência (BURRELL; MORGAN, 1979) e essas pressuposições constituem os paradigmas, que representam realidades alternativas (KUHN, 1996) ou sentidos filosóficos que denotam uma visão da realidade (MORGAN, 1980). Os paradigmas vão constituir os princípios de organização do pensamento que governam a visão que os indivíduos têm do mundo e definem a lógica de seus discursos (MORIN, 2006).

O conceito de paradigma foi expandido por Pirages e Ehrlich (1974), que adotaram o termo “paradigma social dominante” para definir o conjunto de normas, crenças, valores e hábitos que formam a visão de mundo mais comumente compartilhada dentro de uma cultura. Ele é constituído de generalizações simbólicas amplamente aceitas pelos membros de uma comunidade, modelos de relacionamento entre objetos de interesse e critérios de julgamento em avaliações. Cotgrove (1982) contribuiu com essa discussão, afirmando que um paradigma não é dominante por ser compartilhado pela maioria, mas por ser compartilhado por grupos dominantes que o utilizam para legitimar instituições que sustentam seus interesses.

Os pressupostos dos paradigmas assumidos pelos indivíduos vão ter influência sobre os valores, crenças, atitudes e comportamentos assumidos por eles. As relações entre esses fatores e os comportamentos ambientais dos indivíduos já foram analisadas por autores como Coelho, Gouveia e Milfont (2006), Stern e Dietz (1994), Stern, Dietz

e Kalof (1993), Schultz e Zelezny (1999) e Vaske e Donnelly (1999). Segundo eles, os valores, crenças e atitudes, em conjunto, podem formar um sistema cognitivo que irá afetar o comportamento individual.

Há também pensadores, como Callicott e Nelson (2003), Rees (2003), Taylor (1998) e White (1967), que associam a destruição ambiental às atitudes, crenças, valores e ações dos homens quanto ao mundo natural, apontando a relação entre atitudes individuais e o crescimento da crise ambiental.

Há ainda autores como Levin e Unsworth (2013), que associam esse problema ao contexto no qual os indivíduos estão inseridos, que também determina as atitudes, crenças, valores e ações. Esse sistema cognitivo é influenciado por pressuposições sobre o mundo e a realidade anteriores a ele, que constituem os paradigmas.

Os paradigmas ambientais são comumente classificados como antropocêntricos e ecocêntricos. O antropocentrismo tem como base motivacional o interesse em manter a qualidade de vida, a saúde e a existência humana e, para tanto, faz-se necessário preservar os recursos naturais e o ecossistema. Já para o ecocentrismo, a natureza é uma dimensão espiritual e de valor intrínseco, da qual a humanidade depende (SCHULTZ, 2002).

Dessa forma, tanto as atitudes ambientais antropocêntricas como as ecocêntricas expressam preocupação ambiental e interesse em preservar a natureza e seus recursos, sendo distintos os motivos desencadeadores dessa preocupação e interesse ambiental.

Porém, como ambos os paradigmas partem da ideia de uma dicotomia humanidade-natureza, propõe-se um terceiro paradigma, baseado na sustentabilidade, que sugere uma superação dessa separação.

### *Paradigma antropocêntrico*

O antropocentrismo tem como ideia central a superioridade indiscutível do ser humano, de modo que a natureza somente seja valorizada de um ponto de vista instrumental. Ele pode assumir duas tendências principais: na primeira, a natureza é vista, fundamentalmente, como um recurso econômico e, na segunda, a importância da natureza é relacionada à satisfação dos múltiplos interesses humanos, não se limitando apenas aos econômicos (ALMEIDA, 2008; CAMPBELL, 1983). Essa perspectiva pressupõe uma relação de troca, na qual a humanidade preserva a natureza, mas para o seu próprio benefício, ou seja, o interesse estaria voltado à manutenção da qualidade de vida humana e à sua existência (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006).

Considerando o contínuo crescimento econômico e as inovações tecnológicas, as gerações atuais deveriam passar às próximas apenas um estoque de capital com, no mínimo, o tamanho do atual, apoiando-se em um raciocínio egoísta, linear, instrumental e racional (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). A racionalidade tecnológica prevalece por ser consistente com a produção da riqueza material e acumulação de capital (KILBOURNE, 2004). Esse paradigma também pressupõe o progresso contínuo e a necessidade de desenvolvimento, confiando na resolução de problemas pela ciência e tecnologia e firmando um forte compromisso com a economia de livre-mercado e a propriedade privada (ALBRECHT *et al.*, 1982).

Nessa perspectiva, a Terra é vista como inerte e passiva e, por isso, sua exploração é legítima. A natureza seria forte e resistente a distúrbios, sendo os danos causados a ela, geralmente, reversíveis. Os recursos naturais seriam virtualmente inexauríveis, devido à infinita capacidade humana de explorá-los e de substituí-los, quando surgem escassezes emergentes. Não haveria razão para alarde ou ações drásticas, pois os danos ambientais estariam sendo apresentados de forma exagerada e haveria tempo para que a evolução científica buscasse compreender e prevenir danos potencialmente sérios ou irreversíveis.

Esta visão está associada ao individualismo atomístico, às análises reducionistas, às formas de racionalidade positivista e monológica e às estruturas dos sistemas vistas como hierárquicas e isoladas, sendo a metáfora predominante a mecânica. A humanidade é vista, nessa perspectiva, como separada e superior à natureza, sendo os seres humanos os únicos que têm valor intrínseco, tendo direito de dominação sobre a natureza, que existiria unicamente para o seu benefício (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Na visão antropocêntrica, a economia é vista como um sistema linear, fechado e isolado da natureza, por onde circulam os valores entre as indústrias e as famílias. O crescimento é considerado positivo e, quanto maior esse crescimento, mais positiva a situação. Essa estratégia expansionista seria suficiente para gerar recursos para a proteção ambiental, reduzir a emissão de poluentes e fomentar a adoção de tecnologias limpas. Ele também aliviaria a pobreza, melhorando a qualidade de vida dos menos favorecidos. A natureza, como uma *commodity*, poderia ser vista objetivamente, sendo valorada e quantificada monetariamente (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

A ideia de que o crescimento econômico deve ocorrer a qualquer custo pode levar a uma série de fatores negativos, citadas por Rohde (1998), que são: crescimento contínuo e permanente, desconsiderando que o planeta é finito; acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riquezas; desrespeito aos limites biofísicos; modificação dos ciclos biogeoquímicos fundamentais; destruição dos sistemas de sustentação da vida e aposta nos avanços tecnológicos para minimizar os efeitos do crescimento. Além disso, a visão de que o crescimento econômico deve ser contínuo pode ser associada a um crescente materialismo, o que, segundo autores como Hurst *et al.* (2013), associa-se negativamente a atitudes e comportamentos que visem a preservação e conservação ambientais.

Embora se reconheça que os pressupostos desse paradigma possam legitimar a destruição ambiental, ele continua sendo a perspectiva predominante, mesmo que outras visões se oponham a ele, como o ecocentrismo. Apesar dessa oposição, não se considera que os indivíduos possuam visões estanques. Entende-se que eles possuem um amplo e variado conjunto de suposições que vão guiar suas ações, e esse conjunto se apresenta de forma complexa, conflituosa e mal definida.

### *Paradigma ecocêntrico*

O ecocentrismo defende o valor não instrumental dos ecossistemas e da ecosfera, cujo equilíbrio pode obrigar a limitar determinadas atividades humanas (ALMEIDA, 2008). O termo ecocentrismo foi adotado pelos defensores da corrente *deep ecologists*,

na década de 1970, para se referir à ideia de que todas as vidas possuem valor intrínseco (KORTENKAMP; MOORE, 2001).

Assume-se que a natureza, assim como qualquer ser que nela exista, tem um valor além daquele associado à sua utilidade para os homens. Segundo Gladwin, Kennelly e Krause (1995), essa visão é adotada com diferentes conotações, que variam das filosofias baseadas na conformidade de que há uma ordem na natureza, como o conservacionismo da *land ethics* de Aldo Leopold, ao movimento *deep ecology*, que rejeita a dominação do homem sobre a natureza. Seus pressupostos costumam estar evidentes no sistema de crenças de ativistas dos direitos dos animais, ecofeministas, ecologistas que defendem a restauração, produtores de orgânicos, biorregionalistas, seguidores das hipóteses de Gaia e ativistas ambientalistas mais radicais (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

A perspectiva ecocêntrica considera que a Terra é a mãe que dá a vida e constitui uma teia onde os homens se situam. O planeta é visto como vivo, ativo, frágil e sagrado. Todas as coisas estão conectadas e a ordem do sistema não é hierárquica, mas estabelecida por uma interação igualitária das partes interconectadas e, segundo a regra moral principal dessa perspectiva, a evolução natural desses sistemas não deve sofrer interferência. A metáfora predominante é a orgânica, na qual todas as coisas estão conectadas a todas as demais, e relacionamentos e processos internos ocorrem entre as partes.

A noção de que a humanidade ocupa um lugar privilegiado na natureza é rejeitada, pois considera-se que a natureza não humana tem valor intrínseco, independentemente dos valores e da consciência humanas, colocando limites nos direitos dos homens de usar e alterar a natureza. Os recursos naturais deveriam ser utilizados apenas para satisfazer às necessidades vitais de subsistência e as ações são consideradas corretas quando tendem a preservar a integridade, estabilidade e beleza das comunidades bióticas, sendo indesejável qualquer tendência oposta (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

A ascensão das vidas não humanas dependeria também de uma redução no tamanho da população humana que, segundo Daily, Ehrlich e Ehrlich (1994), não deveria superar os 2 bilhões de pessoas. A humanidade e o mundo natural estariam em rota de colisão, podendo resultar em uma decadência global e caos, pela ausência de reformas radicais e urgentes (KAPLAN, 1994). Gladwin, Kennelly e Krause (1995) acrescentam que praticamente toda a produção e o bem-estar são totalmente dependentes da saúde, da integridade e da abundância ecológicas e os substitutos tecnológicos não seriam plausíveis para os recursos naturais e funções de suporte da vida mais críticas e não renováveis.

A economia, nessa perspectiva, deveria considerar que o bem-estar humano é uma função derivada do bem-estar da Terra e que o crescimento material aumenta os custos ambientais e sociais para além dos benefícios da produção e do consumo. O crescimento tornaria a humanidade e o resto da natureza mais pobres e não mais ricos. Aproxima-se, assim, da economia ecológica, na medida em que vê a economia não de uma forma separada do ambiente, mas integrada, inseparável e completamente contida nele, constituindo um subsistema, cujo crescimento é totalmente dependente da ecossfera, que tem tamanho limitado (DALY, 1992; REES, 1995; REES, 2003).

O funcionamento da economia é dependente da energia e da matéria disponíveis e deveria estar condicionada à segunda lei da termodinâmica. Por essa lei, a natureza é

a produtora e a economia, a consumidora – a economia requer um fluxo contínuo de entrada de energia e matéria proveniente da natureza para sustentar a produção de bens e serviços. Nessa perspectiva, os fluxos importantes não são os financeiros, mas os fluxos unidirecionais e termodinamicamente irreversíveis de energia e matéria provenientes da ecossfera para o subsistema econômico, retornando para a ecossfera apenas de uma forma degradada – são esses os fluxos que abastecem a economia, ao mesmo tempo em que restringe seu crescimento (REES, 2003).

### *Sustentabilidade-centrismo como um novo paradigma ambiental*

Como paradigmas opostos, o antropocentrismo e o ecocentrismo parecem estar em um estado de mútua negação. Ambos recebem críticas por não preverem, respectivamente, a conservação da natureza ou o desenvolvimento social. Em uma tentativa de superação das limitações presentes tanto na perspectiva antropocêntrica como na ecocêntrica, a sustentabilidade tem sido apontada como um novo paradigma (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). A noção de sustentabilidade ganhou mais destaque, tanto na mídia como na academia, a partir da década de 1980, quando os problemas ambientais se tornaram mais evidentes e o nível de exploração dos recursos naturais se tornou preocupante.

Embora a sustentabilidade encontre-se fortemente vinculada à noção de desenvolvimento sustentável, começam a surgir contribuições que vão desvincular esses dois conceitos. Hoje, podem-se encontrar termos como sociedade sustentável, empresa sustentável e gestão sustentável.

Assim, começa-se a separar as noções de desenvolvimento e sustentabilidade, incentivando a ideia de que não somente o desenvolvimento deve ser sustentável, mas todas as ações humanas, tanto em seus fins, como em seus meios.

Boff (2010) acrescenta que a sustentabilidade e o desenvolvimento capitalista se negam mutuamente. O que deve ser mantido não são os interesses da produção humana, mas a sociedade, que precisa de um desenvolvimento para satisfazer adequadamente as necessidades de todos, incluindo seu entorno biótico, para que possa manter seu equilíbrio dinâmico, se refazendo de suas perdas e mantendo-se aberta a ulteriores formas de desenvolvimento.

Para que exista sustentabilidade, princípios mínimos de austeridade, sobriedade e simplicidade precisam prevalecer, de forma que sejam respeitados os limites impostos pela disponibilidade de recursos ambientais. Esta seria a única maneira de se tentar minimizar a ação da segunda lei da termodinâmica no processo econômico, com a sua inevitável degradação entrópica. Porém, os mecanismos de mercado, que tornam o lucro imediato o objetivo principal da economia moderna, fazem com que muitos recursos sejam utilizados de maneira exaustiva e com que as pessoas adquiram muito mais bens do que realmente precisam (CAVALCANTI, 1998).

Gladwin, Kennelly e Krause (1995) alertam para o fato de que o paradigma da sustentabilidade ainda se encontra em um estado embrionário, embora traga contribuições para a necessária superação da radical diferenciação que a modernidade faz entre as atividades humanas e econômicas e os sistemas naturais. A moral monista, adotada

tanto pelo antropocentrismo como pelo ecocentrismo, é rejeitada pela perspectiva da sustentabilidade, em favor de uma moral pluralista. Essa visão é complementada por Norton (1991), que considera que a ética da sustentabilidade reforça os direitos humanos políticos, civis, sociais, econômicos e culturais.

Partindo da consciência de que o ecossistema global é finito, de tamanho estático, materialmente fechado, vulnerável à interferência humana e limitado em suas capacidades regenerativas e assimilativas, a perspectiva da sustentabilidade propõe a busca de alternativas tecnológicas que vão atender aos princípios de assimilação, regeneração, diversificação, restauração, conservação, dissipação, perpetuação e circulação (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

A sustentabilidade também orienta para a visão de que uma economia próspera depende de um ambiente saudável e vice-versa. Uma economia verde e justa é vista como possível e, nela, as externalidades ecológicas e sociais são internalizadas. Embora se espere que o mercado aloque os recursos eficientemente, outros instrumentos políticos e incentivos econômicos são necessários para colocar restrições preventivas sobre as atividades que utilizam os recursos naturais, embora muitas vezes essas sejam exercidas com critérios puramente mercadológicos (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Uma importante mudança que fez com que a sustentabilidade fosse considerada um novo paradigma foi o posicionamento dos Estados e das instituições supranacionais na solução dos problemas ambientais. Redclift (2005) considera que os sistemas ecológicos e o ambiente devem ser considerados como passíveis de serem administrados pelo Estado e por organizações internacionais. Essa representa a maior mudança desde o princípio da soberania dos Estados, vista nos primeiros relatos sobre o desenvolvimento sustentável como uma barreira ao progresso.

Segundo Redclift (2005), a imposição da economia de mercado sobre o ambiente global teve resultados desastrosos. O foco na escolha, de indivíduos e grupos sociais, expressa pelas preferências de mercado, levou ao crescimento das disparidades entre demandas sociais e a alocação no mercado. A economia política internacional, na ortodoxia neoliberal, defendia os ajustes econômicos que tinham que ser feitos, mas para os quais havia pequena provisão social. Nesse enfoque, a proteção ambiental e os valores das culturas eram expressos em termos de mercados e preços, o que não reflete sua importância real.

Essa mudança de perspectiva alteraria, de forma brusca, as ações humanas. A natureza não poderia mais ser vista apenas como provedora de recursos e destino dos resíduos dos processos produtivos. Sua relação com a humanidade deveria considerar que não apenas a humanidade age sobre a natureza, mas a natureza também tem influência sobre os indivíduos. Isso torna necessária a revisão da separação entre humanidade e natureza.

### *Humanidade e natureza: dualidade revista*

As perspectivas antropocêntrica e ecocêntrica têm em comum uma separação entre homem e natureza. Essa dicotomia torna essas visões parciais e insuficientes para resolver os conflitos que podem surgir dessa separação. Segundo Hoffman e Sandelands (2005), os paradigmas dominantes são ambos marcados pela metafísica de dois termos de Des-

cartes que distingue a mente da matéria e a mente da natureza. Haveria, então, apenas o homem, como sujeito, e a natureza, como objeto, sendo a questão a ser resolvida: qual deles tem prioridade – para o antropocentrismo, o homem dominaria a natureza e para o ecocentrismo seria a natureza que dominaria o homem.

Há problemas ecológicos tanto nas visões antropocêntricas como nas ecocêntricas. Enquanto a perspectiva antropocêntrica se apresenta como exploratória e manipulativa das ações sobre o ambiente, a não antropocêntrica ameaça se tornar misantrópica e socialmente irresponsável por marginalizar os problemas enfrentados pelas classes econômicas com oportunidades reduzidas e etnias menos favorecidas.

Desse modo, enquanto a vida e o mundo naturais são periféricos no antropocentrismo, no ecocentrismo é a humanidade que parece ser periférica. Na busca de um paradigma não antropocêntrico, busca-se, como centro, não um valor para a humanidade, mas para a biota ou vida em geral (MICKEY, 2007).

Uma alternativa a essa dicotomia tem emergido com o estudo da religião e da ecologia, que partem de uma ética antropocêntrica na qual os valores da humanidade e do ambiente não são expressos em termos de uma oposição entre o centro e o periférico, mas em termos de uma íntima relação entre a humanidade e o restante do mundo. Embora as formas de pensamento dominantes ainda tenham certo intuito de banir as irracionalidades do mito, da religião e da superstição, em prol de doutrinas da liberdade, igualdade, fé na inteligência humana e na razão universal, o que levaria os homens à felicidade (SOUSA, 2003), essas visões vêm sendo atualmente criticadas.

Em estudos que buscaram conciliar humanidade e natureza, alguns autores usam o termo *antropocósmico* para explicar essa relação. Mickey (2007), ao estudar a genealogia do termo *antropocósmico*, resgata as contribuições de Mircea Eliade, que defende a ideia de que a humanidade e o cosmo estão integralmente interconectados. São também abordadas explicações ético-religiosas do termo em questão, como a visão de mundo de Confúcio, que defende uma união entre Céu e Humanidade, englobando a interação entre indivíduo, comunidade, mundo natural e cosmos. Miller (2001) argumenta que o taoísmo compartilha da visão *antropocósmica* por sugerir uma mútua relação entre os seres humanos, seus sistemas sociais e o ambiente natural.

Outra perspectiva que tem sido proposta, de forma similar à *antropocósmica*, é a visão teocêntrica, que propõe a metafísica do cristianismo católico romano, diferindo daquela que orienta as visões antropocêntrica e ecocêntrica (HOFFMAN; SANDELANDS, 2005).

Embora White (1967) argumente que o cristianismo seja a causa maior dos problemas ecológicos, especialmente pelo que é exposto no livro de Genesis, Hoffman e Sandelands (2005) defendem a metafísica pré-cartesiana da Igreja antes da Reforma. As relações entre Deus, humanidade e natureza seriam aceitáveis pela fé, sem questionamentos, recursos ou apelos a interpretações pessoais. A verdade seria anterior à experiência subjetiva, anterior à razão individual e anterior ao conjunto de experiências que hoje é chamada de ciência. Assim, diferente da metafísica de dois termos do antropocentrismo e do ecocentrismo, que definem apenas a humanidade e a natureza, a metafísica de três termos da fé definiria a humanidade e a natureza em relação a Deus, que teria criado



ambos. A humanidade e a natureza estariam no mesmo plano, inexistindo qualquer preferência de um sobre o outro.

A adoção da perspectiva da sustentabilidade-centrismo deve partir da ideia de que humanidade e natureza estão integradas, e não devem ser analisadas como categorias distintas e independentes. Essa integração pode não se basear unicamente em um suporte teológico ou *antropocósmico*, mas na constatação de que a humanidade é parte integrante da própria natureza. Essa integração não deve ser vista a partir do domínio de um sobre o outro, mas como um inter-relacionamento mutuamente influenciado e influenciável. Toda ação humana afeta a natureza, mesmo que de forma indireta ou superficial, assim como todo fenômeno natural acaba por afetar a humanidade de alguma forma.

Essa mútua dependência exige que exista moderação no relacionamento entre humanidade e natureza, visto que as agressões de um sobre o outro acabam por afetar eles mesmos. As agressões da humanidade à natureza representam perdas para ela própria. Adaptar-se às mudanças que ocorrem na natureza, que são, muitas vezes, consequência da própria ação humana, envolve maiores custos do que se adaptar às leis naturais, pois isso evitaria perdas dos recursos e serviços naturais que são indispensáveis à vida humana, tornando desnecessárias adaptações humanas às mudanças bruscas nos sistemas naturais.

É comum colocar a ética ecológica numa luta maniqueísta entre uma série de atitudes e valores positivos e outras de valores negativos. De um lado, ficaria o espectro do ecocentrismo, do preservacionismo e do retorno à natureza, e, do outro, o espectro do antropocentrismo, do utilitarismo e da conquista da natureza. O desafio é se situar entre o otimismo de um economicismo neoclássico, para o qual a expansão do mercado e as revoluções tecnológicas garantem um crescimento econômico permanente que resolveria todos os problemas, e o pessimismo de um biologismo malthusiano, que sempre espera um colapso da humanidade, devido ao crescimento descontrolado da população ou à redução dos limites do meio ambiente para esse crescimento.

Do ponto de vista ético, essas visões são equivalentes, já que tanto o pessimismo de uma quanto o otimismo da outra se apoiam na suposta incapacidade da consciência humana para alcançar o bem comum e regular a vida social – em um caso, o mercado resolveria tudo e, no outro, ninguém resolveria. A mudança necessária não deve se basear em soluções técnicas ou determinismos históricos, mas numa mudança de valores e atitudes básicas de inspiração ética (LEIS; D'AMATO, 1998) e essa inspiração depende da superação do paradigma predominantemente adotado.

### *Relação entre os diferentes paradigmas ambientais e a proposta de um modelo teórico*

Em sua análise dos diferentes posicionamentos diante da relação homem-natureza (antropocentrismo e biocentrismo) e da relação homem-sociedade (comunitarismo e/ou coletivismo e individualismo), Leis e D'Amato (1998) propuseram o Quadro 1, no qual as categorias *alfa* e *beta* abrangem aqueles que defendem valores e atitudes que hierarquizam a espécie humana, estabelecendo maior distância entre o homem e a natureza, enquanto nas categorias *delta* e *gama* estão os que buscam maior equilíbrio ético dos vários aspectos envolvidos nas relações homem-natureza.

**Quadro 1. Vertentes da ética ecológica a partir das relações entre homem e natureza e entre homem e sociedade**

Relação homem-natureza	Princípio hierárquico: antropocentrismo	Princípio igualitário: biocentrismo
Relação homem-sociedade		
Princípio igualitário: Comunitarismo e/ou coletivismo	beta	delta
Princípio hierárquico: individualismo	alfa	gama

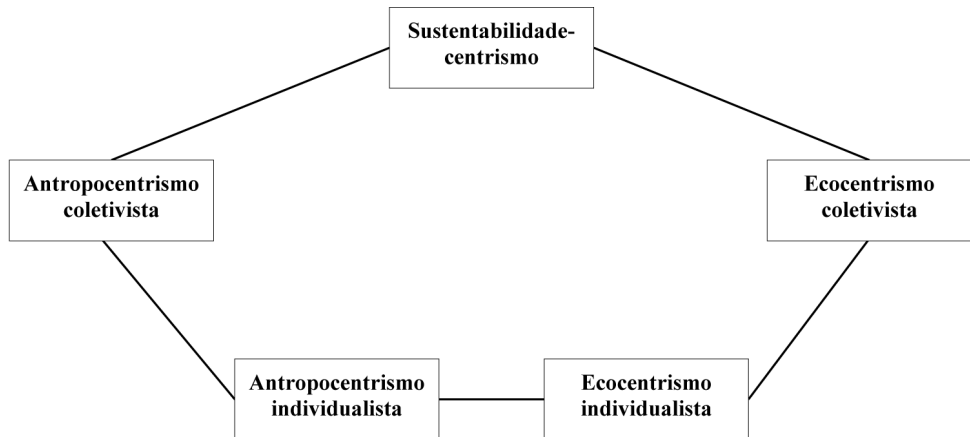
Fonte: Leis e D'Amato (1998, p. 86).

Analisando-se a relação entre homem e sociedade, observa-se que os posicionamentos em *alfa* e *gama* postulam uma prioridade ético-ontológica do indivíduo e maior distância entre indivíduo e sociedade, enquanto *beta* e *delta* têm inspiração de maior integração igualitária dos indivíduos na sociedade. Já *ômega* não seria uma vertente da ética ecológica, mas um eixo que dá sentido integrador e sinérgico aos quadrantes desenvolvidos. Ele seria uma meta-ética, um ponto de consciência superior que iluminaria o duplo caminho evolutivo (material-espiritual) da humanidade, pois “não supõe a hegemonia ou prioridade de determinados modelos, valores ou práticas, mas o equilíbrio e integração entre todos eles, de modo tal a poderem potenciar-se sinergicamente” (LEIS, D'AMATO, 1998, p. 91). Seria, para os autores, um núcleo de inteligibilidade para o eterno movimento de diversificação e unificação que opera na realidade, se opondo ao conflito e colocando a cooperação e a complementação como superiores, evolutivamente.

Contudo, considera-se que a noção de individualismo se opõe à de sustentabilidade, uma vez que essa última, em seu conceito original, desenvolvido nas áreas da Biologia e Ecologia, significa a capacidade que um ecossistema possui de manter um equilíbrio dinâmico que permita a subsistência da maior biodiversidade possível, incluindo a todos (BOFF, 2010).

Com base no modelo de Leis e D'Amato (1998), propõe-se um modelo teórico no qual se posicionam o antropocentrismo individualista, o antropocentrismo coletivista, a sustentabilidade-centrismo, o ecocentrismo coletivista e o ecocentrismo individualista, conforme Figura 1. Esse modelo partiu da ideia inicial da existência de paradigmas ambientais principais: antropocentrismo, ecocentrismo e sustentabilidade-centrismo, porém, buscou integrar a vertente individualista-coletivista, elaborada por Leis e D'Amato (1998), para distinguir as possíveis visões alternativas que podem emergir nos paradigmas antropocêntrico e ecocêntrico.

Figura 1. Relação entre os paradigmas ambientais abordados



O antropocentrismo coletivista tem as características do antropocentrismo no que se refere à ausência de preocupações com a natureza que vão além do que beneficie a própria humanidade. No entanto, compartilha preocupações com a humanidade como um todo, tendo a solidariedade com os outros seres humanos como uma característica marcante.

Já o antropocentrismo individualista acompanha os pressupostos antropocêntricos em um enfoque bastante egoísta, não demonstrando preocupações com a humanidade, mas apenas com determinado grupo, que pode ser formado pelo conjunto de moradores de uma comunidade, região ou país, ou um grupo de acionistas de uma organização. Dessa forma, além de legitimar a exploração da natureza, sem preocupações com sua preservação ou restauração, legitima também a exploração e a marginalização de indivíduos dentro de uma mesma sociedade.

O ecocentrismo coletivista se preocupa com o ecossistema, de modo que todas as formas de vida não humanas são respeitadas e têm valor intrínseco. O preservacionismo é mais marcante nessa forma de ecocentrismo, de modo que a forte preocupação com a natureza e sua preservação deixa em segundo plano as preocupações com a humanidade. Já no ecocentrismo individualista, a preocupação com a natureza também é central, porém, restrita a determinada espécie ou bioma. Considera-se, então, que a preservação dessa espécie ou grupo de espécies deve ocorrer mesmo que levem ao prejuízo indivíduos ou seres não humanos que não façam parte desse grupo.

Quando tal posicionamento tem como foco a preservação de uma espécie, ela passa a ser analisada de maneira individualista, de modo que as interações dela com o seu meio ou com outras espécies sejam consideradas apenas quando se percebe possibilidade de dano à espécie ou conjunto de espécies que se pretende preservar.

Ainda conforme disposto na Figura 1, observa-se que as formas coletivistas do antropocentrismo e do ecocentrismo se aproximam do paradigma ambiental centrado na sustentabilidade, enquanto suas formas individualistas se afastam. Isso ocorre porque

as formas individualistas se preocupam mais com o indivíduo do que com a sociedade, no caso do antropocentrismo, ou com determinada espécie não humana do que com o ecossistema como um todo, no caso do ecocentrismo. De maneira oposta, as vertentes individualistas dos paradigmas antropocêntrico e ecocêntrico se afastam da noção de sustentabilidade.

Atitudes motivadas pelo paradigma antropocêntrico individualista são retratadas no filme *Erin...* (2000). Nele, a protagonista, ao começar a trabalhar em um escritório de advocacia, descobre alguns documentos sobre uma operação de compra e venda de imóveis, envolvendo a empresa intitulada Pacific Gás & Electric e moradores de uma pequena cidade da Califórnia, junto aos quais havia alguns laudos médicos. As suspeitas levantadas pela descoberta desses documentos a levaram a investigar a situação.

Ela descobre que o *chromo-6*, usado pela empresa, teria contaminado os lençóis freáticos que abasteciam o município, causando várias doenças. A personagem, ao persuadir os moradores a moverem uma ação contra a empresa, reúne procurações de cerca de 600 famílias. A ação é formalizada e a empresa foi condenada a indenizar as vítimas de contaminação por *chromo-6* em quase 400 milhões de dólares.

A história retrata bem situações nas quais o lucro dos proprietários de dada organização é de tal modo almejado, que tornaria justificável todo descaso com as populações que residem nas proximidades de suas instalações. Quando começam a ser identificados indícios de que a contaminação estaria afetando as populações locais, a organização utiliza vários meios para esconder o caso: destrói documentação que a comprometa, defende a ideia de que o *chromo-6* pode causar benefícios à saúde, compra os imóveis de pessoas que estejam com indícios de contaminação, para que essas se mudem para longe de suas instalações, e tentam, a todo custo, provar inocência.

Já o posicionamento decorrente de influência do ecocentrismo individualista pode ser ilustrado pelo filme *Nas Montanhas...* (1988), que relatou a viagem da antropóloga americana Dian Fossey, em 1967, à África. Nesta viagem, a pesquisadora dedica-se à preservação dos gorilas da montanha, ameaçados de extinção em razão da caça indiscriminada.

Neste filme, a protagonista, ao chegar ao Congo, encontrou-o passando por uma guerra civil. No momento da chegada, ela foi abordada por diversas crianças que pediam esmola. Sua única preocupação, contudo, era encontrar pessoas que carregassem suas malas até o acampamento para iniciar sua pesquisa com os gorilas. Ela acabou por contratar algumas pessoas com a finalidade de fazer serviços que facilitassem seu trabalho, demonstrando que as contratadas eram vistas, por ela, apenas como mão de obra para a realização do trabalho, e não como parte da questão que ela pretendia abordar.

Quando foi subjugada pelas populações locais, que tentavam expulsá-la da região, por ela ser branca e de costumes diferentes, além de não tentar contornar a situação ou se aproximar da população, ela passou a fazer ironias com as crenças locais, se passando por bruxa, e a se aproveitar delas para manter as pessoas afastadas. Passou, então, a culpar os nativos pela caça aos gorilas, apesar de fazerem isso como única fonte de renda para subsistência de suas famílias, e passou a se passar realmente por bruxa para mantê-los afastados.

Ao passar a se preocupar apenas com os gorilas e a desprezar a população local, ela demonstra fortemente como é influenciada pelo ecocentrismo individualista. A única

preocupação da antropóloga era proteger essa espécie, mesmo que para isso fosse necessário subjugar todas as demais espécies da região, até mesmo a humana, assim como suas crenças. Tais comportamentos não eram vistos por ela como algo errado, mas necessário na proteção dos gorilas.

Tanto no caso do antropocentrismo como no do ecocentrismo individualistas há afastamento das premissas da sustentabilidade, que buscam, antes de tudo, uma associação entre os interesses humanos e naturais. É difícil encontrar exemplos de sociedades humanas que tenham um modo de vida caracterizado como sustentável em um horizonte de tempo mais longo, principalmente em filmes que adaptam histórias reais. Contudo, há exemplos de filmes de ficção que podem se enquadrar nessa perspectiva. Um exemplo é o filme *Avatar* (2009), que apresenta um conflito em Pandora, onde os colonizadores humanos e os Na'vi entram em guerra pelos recursos naturais do planeta.

No filme, Pandora é habitado pelos Na'vi, espécie humanoide considerada como primitiva pelos humanos, que veneram a natureza e promovem sua subsistência e desenvolvimento por meio de uma convivência harmônica com o meio ambiente. Nessa relação, a natureza é tida como sagrada e tudo o que é retirado dela é feito com extremo cuidado e respeito. Embora os valores culturais e religiosos, próprios dos humanos, existam, a preservação, conservação e uso sustentável dos recursos é mantida.

Em *Avatar* (2009), os humanos têm como único objetivo explorar os recursos naturais de Pandora, até seu esgotamento, ainda que isso custe a extinção da espécie Na'vi e a destruição de Pandora. A semelhança com a atual atitude humana é desconcertante, mas, em grande medida, devido à visível semelhança dos Na'vi com os humanos, o que reforça a nossa visão predominantemente antropocêntrica.

## Considerações finais

Os diferentes paradigmas, como formas de pensar sobre determinado assunto, determinam como os indivíduos ou grupo de indivíduos enxergam o mundo, seus problemas e suas possíveis soluções, em dado contexto. Como os indivíduos constroem suas visões de mundo simplesmente vivendo, crescendo e sendo educados em um meio sociocultural particular, frequentemente não consideram que os paradigmas moldam sua compreensão sobre diferentes problemas e que podem existir formas de pensamento alternativas. Eles são, geralmente, inconscientes de como a sua visão de mundo afeta seus valores, crenças, atitudes e posicionamentos morais.

Os paradigmas ambientais determinam a maneira como os indivíduos lidam com a natureza e como eles se posicionam diante dos diferentes problemas ambientais. Dentre os paradigmas ambientais possíveis, o antropocêntrico e o ecocêntrico vêm sendo apontados como predominantes. Eles possuem em comum a separação entre humanidade e natureza, sendo que a visão antropocêntrica considera que a natureza merece considerações morais apenas na medida em que afete a humanidade e a visão ecocêntrica considera que a natureza possui valor intrínseco. Assumiu-se que a sustentabilidade possa caracterizar um terceiro paradigma, que pressupõe uma maior integração entre a humanidade e a natureza.

O modelo proposto representa um primeiro esforço de caracterizar e relacionar os diferentes paradigmas ambientais propostos, levando em conta suas vertentes individualista e coletivista. Essa proposta pode contribuir no desenvolvimento de estudos que busquem analisar o comprometimento, de indivíduos ou grupos de indivíduos, como os que vão constituir as organizações, com a sustentabilidade e seus pressupostos.

Apesar de o modelo poder ser adotado para nortear análises dessa natureza, recomenda-se que isso deve ser feito com cuidado, uma vez que os modelos representam simplificações da realidade e nunca irão dar conta de sua complexidade. Bunge (1974) descreve a importância da criação de modelos, por permitir uma simplificação e emulação da realidade que permita apreendê-la e até mesmo prevêê-la, contudo, alerta para a possibilidade de interferência do proponente do modelo por meio de suas preferências pessoais, paixões intelectuais e bagagem de conhecimentos. Além disso, a adoção de um modelo não deve ser feita de forma acrítica, mas envolver a reflexão sobre formas alternativas de analisar o fenômeno que se pretende apreender, evitando excessivo determinismo no estudo desse fenômeno.

Recomenda-se que estudos futuros busquem aplicar o modelo proposto em diferentes contextos, o que permitirá a validação, ou não, de sua aplicabilidade, assim como poderá permitir que este trabalho seja aperfeiçoado.

## Referências Bibliográficas

ALBRECHT, D.; BULTENA, G.; HOIBERG, E.; NOWARK, P. The new environmental paradigm scale. *The Journal of Environmental Education*, v. 13, p. 39-42, 1982.

ALMEIDA, A. Como se posicionam os professores perante a existência e utilização de jardins zoológicos e parques afins? Resultados de uma investigação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 327-342, mai./ago. 2008.

AVATAR. Direção de James Cameron. Produção de James Cameron; Jon Landau e Janace Tashjian. Roteiro de James Cameron. Interpretação de Sam Worthington; Zoe Saldana; Sigourney Weaver e outros. São Paulo: Fox Film, 2009. 1 DVD (161 min).

ERIN BROCKOVICH – uma mulher de talento. Direção de Steven Soderbergh. Produção de Danny DeVito; Michael Shamberg e Stacey Sher. Roteiro de Susannah Grant, baseado na história de Erin Brockovich. Interpretação de Julia Roberts; Albert Finney; Aaron Eckhart e outros. São Paulo: Jersey Films, 2000. 1 DVD (145 min).

BOFF, L. **O pecado maior do capitalismo: o risco do ecocídio e do biocídio.** Disponível em: < <http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

BUNGE, M. **Teoria e Realidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. 243 p.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis: elements of the sociology of corporate life.** London: Heinemann, 1979. 432 p.

CALLICOTT, B; NELSON, M. P. **American indian environmental ethics: an Ojibwa case study.** Upper Saddle River, NJ: Pearson/Prentice Hall, 2003. 163 p.

CAMPBELL, E. K. Beyond anthropocentrism. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, Malden, v.19, p.54-67, 1983.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 153-174.

COELHO, J. A. P. M.; GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L. Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 199-207, jan./abr., 2006.

COTGROVE, S. **Catastrophe or cornucopia: the environment, politics, and the future**. New York: Wiley, 1982. 154 p.

DAILY, G. C.; EHRLICH, A. H.; EHRLICH, P. R. Optimum human population size. **Population and Environment**, New York, v. 15, n. 6, p. 469-475, jul. 1994.

DALY, H. E. Steady-state economics: concepts, questions, policies. **Gaia – Ecological Perspectives for Science and Society**, Munich, v. 1, n. 6, p. 333-338, nov. 1992.

ERIN BROCKOVICH – uma mulher de talento. Direção de Steven Soderbergh. Produção de Danny DeVito; Michael Shamberg e Stacey Sher. Roteiro de Susannah Grant, baseado na história de Erin Brockovich. Interpretação de Julia Roberts; Albert Finney; Aaron Eckhart e outros. São Paulo: Jersey Films, 2000. 1 DVD (145 min).

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, New York, v.20, n.4, p. 874-907, 1995.

HAY, L.; DUFFY, A.; WHITFIELD, R. I. The sustainability cycle and loop: models for a more unified understanding of sustainability. **Journal of Environmental Management**, v. 133, p. 232-257, jan. 2014.

HOFFMAN, A. J.; SANDELANDS, L. E. Getting right with nature: anthropocentrism, ecocentrism, and theocentrism. **Organization & Environment**, Tampa, v. 18, n. 2, p. 141-162, jun. 2005.

HURST, M. et al. The relationship between materialistic values and environmental attitudes and behaviors: a meta-analysis. **Journal of Environmental Psychology**, Victoria, v. 36, p. 257-269, dec. 2013.

KAPLAN, R. D. The coming anarchy. **Atlantic Magazine**, Washington, DC, feb. 1994. Disponível em: < <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1994/02/the-coming-anarchy/4670/>>. Acesso em: 8 nov. 2009.

KILBOURNE, W. E. Sustainable communication and the dominant social paradigm: can they be integrated? **Marketing Theory**, London, v. 4, n. 3, p. 187-208, 2004.

KORTENKAMP, K. V.; MOORE, C. F. Ecocentrism and anthropocentrism: moral reasoning about ecological commons dilemmas. **Journal of Environmental Psychology**, Victoria, v.21, n.3, p.261-272, 2001.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. 3. ed. Chicago, DC: University of Chicago Press, 1996. 212 p.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 77-103.

LEVIN, W. E.; UNSWORTH, S. J. Do humans belong with nature? The influence of personal vs. abstract contexts on human-nature categorization at different stages of development. **Journal of Environmental Psychology**, Victoria, v. 33, p. 9-13, mar. 2013.

MCDONAGH, P. Towards a theory of sustainable communications. **Journal of Marketing Management**, Helensburgh, v. 14, n. 6, p. 591-622, 1998.

MICKEY, S. Contributions to anthropocosmic environmental ethics. **Worldviews: Global Religions, Culture, and Ecology**, Germantown, v. 11, n. 2, p. 226-247, 2007.

MILLER, J. Envisioning the daoist body in the economy of cosmic power. **Daedalus**, Cambridge, v. 130, n. 4, p. 265-282, fall 2001.

MORGAN, G. Paradigm, metaphors, and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 25, n. 4, p. 605-622, dez. 1980.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. 120 p.

NAS MONTANHAS dos gorilas. Direção de Michael Apted. Produção de Terence A. Clegg e Arne Glimcher. Roteiro de Anna Hamilton Phelan, baseado em artigo de Harold T. P. Hayes e no trabalho de Dian Fossey. Interpretação de Sigourney Weaver; Bryan Brown; Julie Harris e outros. São Paulo: Universal Pictures / Warner Bros. / Guber / Peters, 1988. 1 DVD (129 min.).

NORTON, B. G. **Toward unity among environmentalists**. New York: Oxford University Press, 1991. 287 p.

PIRAGES, D. C.; EHRlich, P. R. **Ark II: social response to environmental imperatives**. San Francisco: Freeman, 1974.

REDCLIFT, M. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. **Sustainable Development**, Brussels, v. 13, n. 4 p. 212-227, 2005.

REES, W. E. Achieving sustainability: reform or transformation? **Journal of Planning Literature**, Columbus, v. 9, n. 4, p. 343-361, 1995.

REES, W. E. Economic development and environmental protection: an ecological economics perspective. **Environmental Monitoring and Assessment**, Dordrecht, v. 86, p. 29-45, 2003.

ROHDE, G. M. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 41-53.



- SCHULTZ, P. W. Inclusion with nature. In: SCHMUCK, P.; SCHULTZ, W. P. (Eds.). **Psychology of sustainable development**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 61-78.
- SCHULTZ, P. W.; ZELEZNY, L. Values as predictors of environmental attitudes: evidences for consistency across 14 countries. **Journal of Environmental Psychology**, Victoria, v. 19, p. 255-265, 1999.
- SOUSA, C. R. **Representações Sociais da questão ambiental em nível global, setorial e cotidiano: um estudo multicaseos em laticínios de Lavras/MG**. 2003. 189 p. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.
- STERN, P. C.; DIETZ, T. The value bases of environmental concern. **Journal of Social Issues**, Washington, DC, v. 50, p. 65-84, 1994.
- STERN, P. C.; DIETZ, T.; KALOF, L. Value orientations, gender, and environmental concern. **Environmental and Behavior**, Thousand Oaks, v. 25, p. 322-348, 1993.
- TAYLOR, R. L. Companionship with the world: roots and branches of a Confucian ecology. In: TUCKES, M. E.; BERTHRONG, J. (Eds.) **Confucionism and ecology: the interrelation of Heaven, Earth and Humans**. Cambridge: Harvard University Center for the Study of World Religions, 1998. p. 37-58.
- VASKE, J. J.; DONNELLY, M. P. A value-attitude-behavior model predicting wildland preservation voting intentions. **Society & Natural Resources**, Philadelphia, v. 12, p. 523-537, 1999.
- WHITE, L. The historical roots of four ecological crisis. **Science**, Washington, DC, v. 155, p. 1203-1207, 1967.

Submetido em: 06/12/2012.

Aceito em: 05/05/2014.

# PROPOSTA DE UM MODELO DE ANÁLISE DO COMPROMETIMENTO COM A SUSTENTABILIDADE

**Resumo:** A sustentabilidade vem sendo apontada como uma solução para os problemas ambientais vivenciados. Contudo, esse conceito é apresentado de maneira ampla e vaga, favorecendo sua apropriação e utilização nos mais diferentes discursos, nem sempre representando comprometimento com a natureza ou com a humanidade. Nesse contexto, esse estudo elabora um modelo que pudesse orientar estudos que busquem analisar o comprometimento individual ou coletivo com a sustentabilidade. Na sua construção, considerou-se que os diferentes paradigmas ambientais determinam como os indivíduos ou grupo de indivíduos lidam com a natureza e se posicionam diante dos problemas ambientais. A partir dos dois paradigmas predominantes, o Antropocentrismo e o Ecocentrismo, em suas vertentes individualista e coletivista, propôs-se um terceiro, a Sustentabilidade-centrismo, que superaria a dicotomia humanidade/natureza predominante nos dois primeiros. O modelo proposto representa um primeiro esforço de caracterizar e relacionar os diferentes paradigmas ambientais, permitindo sua adoção em estudos empíricos.

**Palavras-chave:** Paradigmas ambientais; Sustentabilidade; Antropocentrismo; Ecocentrismo; Modelo teórico.

**Abstract:** Sustainability has been pointed out as a solution for current environmental problems. However, this concept is presented in a broad sense, encouraging its use in many different speeches, not always demonstrating commitment to nature or humanity as a whole. In this context, this paper aimed to develop a model that could work as a guide for studies devoted to analyze individual and collective commitment to sustainability. On the elaboration of this work, it was considered that the different environmental paradigms determine how individuals or group of individuals deals with nature and how they position themselves on environmental issues. From the two predominant paradigms, anthropocentrism and ecocentrism, in its individualistic and collectivist approaches, it was proposed a third one, sustainability-centrism, which would overcome the dichotomy humanity/nature prevailing in the first two. The model proposed represents a first effort to characterize and relate the different environmental paradigms, allowing its adoption in empirical studies.

**Key-words:** Environmental paradigms; Sustainability; Anthropocentrism, Ecocentrism; Theoretical model.

**Resumen:** Sostenibilidad se sugiere como una solución a los problemas ambientales experimentados. Sin embargo, este concepto se presenta en una manera amplia y vaga, favoreciendo su empleo en muchos discursos, no siempre representan cometimiento con la naturaleza o la humanidad como un todo. El presente estudio tuvo como objetivo desarrollar un modelo que podría guiar los estudios que buscan analizar el compromiso individual y colectivo con la sostenibilidad. En su construcción, se consideró que los paradigmas ambientales determinan cómo los individuos o grupos de individuos se ocupan de la naturaleza y opinan sobre las cuestiones ambientales. A partir de los dos paradigmas predominantes, antropocentrismo y ecocentrismo, en sus vertientes individualistas y colectivistas, hemos propuesto una tercera, la sostenibilidad-centrismo, que superaría la dicotomía humanidad/naturaleza vigente en las dos primeras. El modelo propuesto representa un primer esfuerzo para caracterizar y relacionar los paradigmas ambientales, permitiendo su adopción en los estudios empíricos.

**Palabras clave:** Paradigmas ambientales; Sostenibilidad; Antropocentrismo; Ecocentrismo; Modelo teórico.

---